

**HABEAS CORPUS Nº 515.099 - SP (2019/0167206-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : JOSE ARNALDO MARTINS DE SALES  
**ADVOGADO** : JOSE ARNALDO MARTINS DE SALES - SP0405411  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ELIAS DIAS DE CAMARGO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ELIAS DIAS DE CAMARGO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante colaciona o seguinte acórdão, *verbis*:

*"Habeas Corpus – Associação para o tráfico de drogas – Insurgência contra a decretação da custódia cautelar – Alegações de excesso de prazo na formação da culpa e de ausência de fundamentação da decisão objurgada e dos requisitos da prisão preventiva – Inadmissibilidade – Não conhecimento da alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, eis que tal irresignação foi dirigida diretamente a esta Corte de Justiça, sem que antes tivesse sido submetida à apreciação do Juízo de origem, a evidenciar induzimento à supressão de instância. Impossibilidade de conhecer da ação constitucional, nesse aspecto, por afronta ao princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, CF). Insurgência contra a decretação da prisão preventiva, ademais, que configura mera reiteração de pedido já analisado e repelido por esta Corte de Justiça. Habeas corpus não conhecido" (e-STJ, fl. 81).*

Neste *mandamus*, assevera o impetrante que "a decisão que decretou a prisão do paciente padece de vício de fundamentação, vez que foram utilizados conceitos indeterminados e motivos que se prestam a justificar qualquer decisão", afirmando que "a ordem pública não estaria em iminente risco diante da ínfima (materialidade) quantidade de entorpecente localizada na residência do paciente" (e-STJ, fls. 6-7).

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva imposta ao acusado. Alternativamente, pugna pela substituição da constrição cautelar por alguma das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

**É o relatório.**

Decido.

Inicialmente, vale lembrar que a defesa impetrou anterior *writ*, perante o Tribunal de origem, cujos fundamentos para o conhecimento parcial e a denegação da ordem, na parte conhecida, ocorreram nos seguintes termos:

*"Habeas Corpus - Associação para o tráfico de drogas - Insurgência contra a decretação da custódia cautelar - Alegações de ausência de fundamentação e dos requisitos da prisão preventiva, bem como de falta de provas da prática do crime - Inadmissibilidade - Descabida a*

pretendida discussão aprofundada, nos angustos lindes do remédio heróico, acerca da prova do cometimento do delito - Decretação da custódia cautelar por decisão cuja fundamentação atende aos ditames dos artigos 312 e 313 do CPP, bem como do artigo 93, IX, da Magna Carta - Gravidade in concreto do delito e paciente com registro de 'passagem' criminal, inclusive por tráfico de drogas - **Necessidade da custódia para garantia da ordem pública, calcada na gravidade do delito e nas condições pessoais do agente (art. 282, II, CPP) - Descabimento de qualquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011. Writ parcialmente conhecido e denegado**" (e-STJ, fl. 81, grifou-se).

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Registro/SP, a serem prestadas, preferencialmente por malote digital.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, para parecer.

Cumpridas a diligência acima referenciada, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator